

IV ENCONTRO NACIONAL e X FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO

O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação
do humano e a banalização da teoria

09 A 11 DE AGOSTO DE 2017

Universidade Federal de Sergipe
Campus São Cristóvão
engpect.wordpress.com.br

REALIZAÇÃO:



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ATGS (ARTICULADORAS DE GÊNERO) NA CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO LITORAL MATA SUL E REGIÕES LAGUNARES EM ALAGOAS

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas¹
UFAL - Campus Arapiraca
sterferreira302@gmail.com

Maria Alice Capitó Ferreira de Azevedo²
UFAL
alicecapito@gmail.com

Samyra Santos Martins³
UFAL
myra_martins@hotmail.com

GT3: GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL

RESUMO

O artigo tem como objetivo oportunizar uma discussão sobre a consolidação dos territórios rurais e a participação das mulheres rurais em sua constituição. Através do LETUR (Laboratório de Estudos do Território) em parceria com o CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa) a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o extinto MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) houve uma tentativa de construir uma leitura mais próxima dos verdadeiros sujeitos que constroem o território, com destaque para as mulheres que lutam e

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca. Líder do grupo de Pesquisa LETUR/CNPQ (Laboratório de Estudos do Território).

² Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Maurício de Nassau. Membro do grupo de Pesquisa LETUR/CNPQ (Laboratório de Estudos do Território). Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas UFAL. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capitalismo contemporâneo. Membro do Observatório da Questão Rural.

contribuem para a construção do mesmo, articulando formas de superação das desigualdades de gênero e raça que permeiam seu cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento. Desenvolvimento Territorial. Gênero.

INTRODUÇÃO

O Presente artigo é resultante de intervenções feitas pelo grupo de pesquisa em desenvolvimento territorial sustentável feito através do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDT) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (NEDT - CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 - NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL), sob a coordenação do Sociólogo e Professor Cicero Albuquerque. Tal projeto teve como principal objetivo a criação dos Territórios do Litoral/ Mata Sul e Regiões Lagunares de Alagoas e do Território do Baixo São Francisco.

O Território do Litoral/ Mata Sul e Regiões Lacunares é composto por onze municípios, sendo eles: Maceió, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Jequiá da Praia, Rio Largo, Roteiro, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos, Satuba e Teotônio Vilela. O Território Rural do Baixo São Francisco é composto por sete municípios, são eles: São Brás, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Penedo, Feliz Deserto e Coruripe.

O NEDET objetivava construir através de uma parceria com o CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa) e o extinto MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) uma leitura mais próxima dos verdadeiros atores que constroem o território. É necessário afirmar com destaque os milhares de atores sociais, esses homens e mulheres que representam mais uma grande parcela de organizações governamentais e não governamentais e são protagonistas de uma inovadora experiência de gestão pública compartilhada que hoje nos faz lamentar a incerteza e a insegurança que ronda a política de desenvolvimento territorial e as conquistas impetradas neste tipo de gestão participativa. Para tanto julgamos necessário uma breve discussão acerca da constituição do “ território” enquanto categoria de análise e compreensão da dinâmica dos diferentes atores da sociedade brasileira.

O extinto MDA com o objetivo de superar a desigualdade de gênero no rural, cumprindo com as metas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) incluiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) como parceria na construção dos NEDETs indiciando uma nova assessoria: a Assessoria Territorial de Gênero (ATGE). Essa assessoria tem como principal objetivo a mobilização de mulheres rurais para participação democrática nos colegiados territoriais, articulando na formação de

Comitês Temáticos de Mulheres nos territórios. É a partir da experiência das ATGEs dos respectivos territórios que o presente artigo será construído.

Inicialmente, pretende-se discutir o conceito de relações de gênero, compreendendo a construção social de desigualdades entre homens e mulheres que estabeleceram as relações desiguais de poder, sendo necessário o empoderamento das mulheres para lutarem pela igualdade de gênero. No segundo item, aborda-se o debate sobre o desenvolvimento territorial [...] finalizando no último com o item as ações e impactos das assessorias realizadas para as mulheres rurais nos dois territórios alagoanos, estabelecendo um diálogo com o empoderamento político e a política de desenvolvimento territorial.

1. RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER RURAL

Os estudos sobre o conceito de gênero são marcados na história em dois importantes momentos, o primeiro na década de 1970-1980 e o segundo momento em 1990. No primeiro momento, muitos estudos reduziam o gênero apenas à mulher, assim como restringiam os debates aos grupos feministas e espaços acadêmicos. Esse cenário se modifica com as lutas sociais da década de 1980 do período de redemocratização e se expande na década de 1990, caracterizando o segundo momento (CAMURÇA, 2004).

Para Camurça, o gênero enquanto caráter histórico de uma categoria social imposta sobre um corpo se refere apenas às pessoas e as relações entre os seres humanos (CAMURÇA, 2004, p. 12). De acordo com Scott o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais à criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (1995, p. 75). Essas ideias são as representações de gênero que estabelecem as relações entre homens e mulheres. Como são construídas socialmente, a diferenciação de papéis sociais resultam em distribuições desiguais de poder. Isso é, durante o processo de diferenciação de papéis sociais que são atribuídos de acordo com o sexo se estabelecem as relações de poder e na maioria das vezes o que é masculino tem mais valor, [produzindo] uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo (CAMURÇA, 2004, p. 13).

No decorrer da história as desigualdades de poder entre homens e mulheres se intensificaram, construindo símbolos e normas que implicaram diretamente na identidade das mulheres, na sua subjetividade, naturalizando a submissão, a restrição dos espaços, a imposição do trabalho doméstico e reprodutivo. Nesses processos históricos vale destacar aquele considerado por Engels em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do*

Estado como a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo (1984, p. 61): a família monogâmica.

De acordo com Engels, a monogamia não se caracteriza apenas pelo matrimônio de um homem com uma mulher (legalmente), pois funda-se na abolição da base matriarcal da família e início da família patriarcal que restringe a liberdade sexual das mulheres e amplia aos homens, se estruturando na desigualdade entre os gêneros, na dominação-exploração do homem sobre a mulher.

Com a monogamia se intensifica a divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, assim como a divisão do espaço público e privado. Para a mulher impuseram o trabalho reprodutivo e o espaço privado, quando se dispuseram a conquistar espaço no trabalho produtivo foram impostas limitações, além da baixa remuneração não poderiam abandonar o trabalho doméstico, sendo obrigadas a assumir a dupla jornada de trabalho. Aquelas que desafiavam as imposições sociais e disputavam os espaços públicos com os homens, a carga era ainda maior, a tripla jornada.

A divisão do trabalho entre homens e mulheres é, em primeiro lugar, a destinação do trabalho produtivo aos homens e a atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, com a dispensa do trabalho doméstico aos homens. Ao mesmo tempo, são cada vez mais numerosas as mulheres que entram e se mantêm no mercado de trabalho. Por toda parte e sempre, o valor distingue o trabalho masculino do trabalho feminino; produção vale mais que reprodução, produção masculina vale mais que produção feminina, mesmo quando uma e outra são idênticas, em um processo no qual o valor induza uma hierarquia social. (SILVA; PORTELA, 2010, p. 136).

Em meio à hierarquia social imposta pelo valor do trabalho, a resistência das mulheres à dominação-exploração caminha na direção do empoderamento, na luta coletiva da organização das mulheres para enfrentar as desigualdades de gênero como desigualdades de poder, sendo o empoderamento a condição para que seja possível alcançar a igualdade de gênero.

Enumerar os processos que precisam ser realizados para conseguir o empoderamento não é uma tarefa fácil, mas o Fórum Econômico Mundial (2005) sistematizou cinco dimensões consideradas importantes para o empoderamento e oportunidade das mulheres, as quais irão nortear nossa discussão: 1) Participação econômica; 2) Oportunidade econômica; 3) Empoderamento político; 4) Avanço educacional e; 5) Saúde e bem-estar.

A autonomia financeira é uma dimensão importante, mas não deve ser considerada a primordial, pois a submissão da mulher ao homem não se caracteriza apenas no fator financeiro. A dominação-exploração oprime as mulheres de tal modo que o medo e o controle

passam a conduzir as relações mesmo àquelas que as mulheres sejam independentes financeiramente. O medo da mulher em ser julgada socialmente permite ao homem o controle da relação.

Por terem menos valor, as mulheres passam a ter menos oportunidades econômicas, que são atreladas ao discurso de que essas têm menos tempo a se dedicar ao trabalho produtivo devido às atividades domésticas que também é trabalho. Logo, não é ocasionalmente que as mulheres ocupam cada vez mais os trabalhos informais. Sendo assim, quanto mais desiguais são as relações de gênero, maior a desigualdade na divisão de trabalho e também as barreiras que separam as profissões de homens e de mulheres (Camurça, p. 27).

É, portanto, no empoderamento político a chave importante para que seja possível alcançar uma relação de igualdade de gênero/poder, sendo necessário que as mulheres façam ação política e façam política, compreendendo que o conceito de fazer ação política é transformar um problema particular e privado em problema público e coletivo e fazer política o de ocupar o espaço público do debate, da manifestação, das ruas e das praças (CAMURÇA, ano, p.32). Ambas devem almejar a retomada do poder de decisão dentro da família, retomando a confiança, a estima, rompendo os limites da casa e ocupando os espaços públicos.

Porém, o empoderamento político precisa do avanço educacional, pois as mulheres precisam alcançar o pensamento crítico sobre as relações desiguais para que as encorajem a ter voz para expressar suas ideias e opiniões. Apesar de atualmente as mulheres urbanas serem a maioria nas universidades, no rural muitas abandonaram os estudos por não conseguirem conciliar a árdua dupla/tripla jornada, provocando inseguranças que impossibilita de expressar o que pensam publicamente.

Contudo, é sobre saúde e bem-estar que também se discute a sexualidade, o desafio de conhecer o próprio corpo e decidir fazer com ele apenas aquilo que lhe faz bem. É nesse espaço de discussão que é possível identificar casos de violência sexual contra mulheres, que levam a relatos de outros tipos de violência, como psicológica, patrimonial, moral e até física. É importante destacar que o empoderamento exige da mulher o autoconhecimento para que lute pelo seu bem-estar.

Assim, com sua diversidade e particularidade, as relações de gênero estruturam a vida das mulheres rurais dos territórios alagoanos, é nesse contexto desigual que o trabalho de Assessoria Territorial de Gênero tem o compromisso de mobilizar as mulheres na luta pela igualdade de gênero, buscando através do empoderamento político o caminho para alcançar as outras dimensões.

2. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O debate sobre o ordenamento do território se consolida a partir dos anos oitenta, quando a Secretaria de Assessoramento da Defesa nacional subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República cria o Programa Nossa Natureza. Posteriormente tal ideia é inserida na Constituição Brasileira de 1988, no parágrafo IX: Compete a União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. Em 1990 é criada a Secretaria de Assuntos estratégicos SAE, sendo ela subordinada a Diretoria de Ordenação Territorial DOT, que tinha como atribuição cumprir o preceito constitucional. A DOT realizou a elaboração de zoneamento ecológico econômico (ZEE) nas escalas nacional, regional e estadual.

Em 1999 a medida provisória 1.795/99 extingue a SAE e as atribuições referentes ao ZEE foram transferidas para o Ministério do Meio Ambiente pela medida provisória 1911-8/99. Em 2003, a Lei 10.683/03 estabelece as atribuições de cada ministério e confere ao Ministério da Integração Nacional (MIN) e ao Ministério da Defesa a responsabilidade sobre o ordenamento territorial. Em 2004 o MIN inicia sua elaboração de proposta de Política Nacional de ordenamento territorial.

Um dos marcos conceituais que orienta a literatura que dá subsídios as discussões sobre o ordenamento do território na visão governamental é que:

Ordenamento territorial são a regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados.

Porém o território usado extrapola em muito essa definição governamental. O Território é revelador de diferenças, às vezes agudas, das condições de vida da população. Ao se debruçar sobre o território como uma categoria de análise que seja capaz de dar conta das contradições existentes dentro da sociedade entendemos que não é o território em si, mas o território usado. No entendimento de Milton Santos território deve ser entendido como a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. A partir dessa ótica defrontamo-nos com o território vivo, vivendo, é no território que plasmam as ações dos homens na luta pela sobrevivência

Existe um desafio conceitual quando se propõe a trabalhar com ordenamento territorial (OT). Trabalhar com OT é antes de tudo entender o território é resultado da história dos homens e das mulheres. Que diversos agentes fazem parte da estrutura da sociedade e que ao se pensar em organizar os recursos, as riquezas produzidas, a sua distribuição e aplicação deve-se ter a noção de que o OT está relacionado a questão política, da relação Estado-território. Os principais sujeitos atuantes no território são: O Estado, a Sociedade civil e os Agentes privados. Qualquer ação de Ordenamento Territorial convém ressaltar que as ações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são entendidas aqui como uma proposta estatal de OT - deve levar em consideração esse tripé e que o Estado é o ator mais atuante dentro do território e que o impacto das ações destes sujeitos ou agentes incluídas aí as relações de dominação, determina os processos territoriais, que podem complementar-se, entrar em conflito e/ou anular-se. Compreender como estes atores e as intensidades das suas ações impactam o território é fundamental para alcançar os objetivos de qualquer ação de ordenação do mesmo.

O desenvolvimento rural é mais do que desenvolvimento agrícola, porque inclui um espaço, o espaço rural, onde a agricultura é central para o sistema socioeconômico, mas em que há atividades diferentes, com diversas funções e objetivos, que devem integrar e coordenar em um desenvolvimento coerente, sustentável e inclusivo. A importância do desenvolvimento rural e da agricultura também é comprovada pela estreita interdependência entre estes temas com o desenvolvimento sustentável e da pobreza no mundo e nos países do Sul em particular, e com a proteção e promoção do direito à soberania alimentar dos países em desenvolvimento e os seus povos.

Para os países pobres do mundo política de desenvolvimento dos territórios rurais significa: Reduzir a dependência alimentar e fazer valer o seu direito à soberania alimentar; melhorar o funcionamento dos mercados regionais e locais para os produtos agrícolas; desenvolver a economia rural, respeitando as identidades locais produtivas, econômica e social. A abordagem territorial traz implícita uma aposta nas virtudes da mobilização e no fortalecimento de laços de proximidade entre agentes sociais (empresas, universidades, sindicatos de trabalhadores, parlamentares, associações de produtores, funcionários públicos e sociedade civil organizada), valorizando, portanto, a dimensão institucional do processo de construção de trajetórias exitosas de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional. Só uma visão compartilhada do desenvolvimento rural, o que evidencia de forma clara e simplesmente uma política capaz de realizá-lo, vai encontrar sinergias para uma avaliação e valorização real dos territórios rurais, a sua diversidade, as suas especificidades.

Nas propostas dos projetos do MDA em relação às políticas de desenvolvimento territorial existiam duas assessorias que consolidavam o Território enquanto gestão coletiva de todos aqueles que o habitam: **O ATGS** (Assessor territorial de Gestão Social) e o **ATIP** (Assessor Territorial de Inclusão Produtiva). Neste chamada de 2014 pelo CNPQ/MDA foi criada a assessoria do **ATGE** (Assessoria Territorial de Gênero) e é sobre a importância do ATGE e sua impactação no aumento da visibilidade empoderamento das mulheres dentro dos territórios rurais do Baixo São Francisco e do Litoral Mata Sul e Regiões Lagunares que esse artigo se propõe.

3. ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: AÇÕES E IMPACTOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS DO BAIXO SÃO FRANCISCO E DO LITORAL/MATA SUL E REGIÕES LACUNARES

O Assessor territorial de gênero (ATGE) tem como função principal articular as diferentes identidades femininas dentro do território. Cabe também ao ATGE a responsabilidade de fomentar a participação e representação das Mulheres Rurais na composição, funcionamento e agenda dos colegiados e demais instâncias (Câmaras temáticas de mulheres, Comitê Temático, Câmaras Técnicas e Núcleo Diretivo), das representações de Mulheres Rurais nos Territórios, observar se estas representações são paritárias e como as políticas públicas deste segmento do território estão sendo aplicadas, se estas políticas públicas apoiadas pela SDT/MDA se existem e conseguem alcançar as mulheres dentro do território, mobilizar as Mulheres Rurais, para participar de atividades de pesquisas sobre temas relacionados à articulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva a participação dessas referidas Mulheres no âmbito dos territórios.

Nesse contexto, o trabalho de base que vem sendo com realizado no território Litoral Sul Mata Sul e Regiões Lagunares e no Baixo São Francisco está se dando através da organização social de grupos de Mulheres Rurais, estudo de viabilidade econômica dos grupos, ou seja, o que já produz, e o que dá pra continuar produzindo, como se dá a organização dessa produção, como acontece o processo de gestão (coletivo ou individual), onde é realizada a comercialização desses produtos e as principais vias de comercialização (direta, de distribuição em atacado, institucional nos programas de PAA e PNA), e Autonomia Financeira.

Conforme o texto Mulheres Rurais e Autonomia (2014, p.8), as transformações ocorridas no país com a instalação de um governo democrático popular há dez anos atrás nos

demonstra que houve uma preocupação em garantir as mulheres por força de suas reivindicações um espaço maior dentro do território, a criação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que combina iniciativas desde a esfera governamental com respostas a demandas dos movimentos sociais. Esse processo de retroalimentação permitiu a criação de políticas inovadoras e sua extensão para um enorme público.

No auge do liberalismo, como resposta à pressão das organizações de trabalhadores rurais, são desenhadas políticas de apoio à agricultura familiar. As trabalhadoras rurais conquistaram do Estado seu reconhecimento de que são agricultoras, e, assim, acedem a seguridade social. (Mulheres Rurais e Autonomia, 2014, p.9).

A criação da assessoria territorial de gênero veio para consolidar essa visão. No início do trabalho da assessoria, a equipe do Território Sul Mata Sul e Regiões Lagunares e Baixo São Francisco reuniam-se no MDA/secção Alagoas. No encontro foram discutidas as demandas dos programas e da disponibilidade enquanto MDA, para contribuir no trabalho dos NEDETS no Estado, como também, em estreitar os laços para a discussão com grupos sociais dentro do território. Quanto às atividades específicas de gênero, houve uma conversa preliminar de suporte e encaminhar as demandas de alguns programas existentes, como arca das letras e documentação para as mulheres.

Para a consolidação da presença das mulheres dentro do território em formação ocorreram diversas reuniões com a sociedade civil, em diversas comunidades tradicionais nos 11 municípios dentro do território Litoral Mata Sul e Regiões Lagunares e nos 07 municípios do Baixo São Francisco, com o objetivo de identificar os grupos de mulheres organizadas através dos sindicatos, Comunidades quilombolas, Colônias de pescadores, Artesãs e Boleiras. Através da apresentação do projeto em cada município que compõe os dois territórios foram feitas discussões para articular a inserção das mulheres na composição do colegiado em construção no território. Como metodologia, foi realizado o diagnóstico participativo, e ao mesmo tempo, identificação da produção e a participação social das mulheres nos espaços do território. Foram realizadas reuniões com o poder público, houve a Capacitação dos NEDETS em Juazeiro- BA, no período de 19 a 21 de agosto, com objetivo de capacitar assessoria para garantir o trabalho nos territórios, como também garantir a participação das mulheres do território na IV Conferência Regionais de Políticas para as Mulheres, realizada em 18 de setembro de 2015 em São Miguel dos Campos. Além da participação no Encontro de Redes dos Colegiados em Arapiraca/AL, com intuito de fortalecer os territórios. As ATGEs dos territórios envolvidos participaram da 1ª Escola de

Formação Do Feminismo, no propósito de desenvolver estratégias para o trabalho de empoderamento de grupos de mulheres no Território.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Contribuindo decisivamente para as economias globais, as mulheres rurais desempenham um papel crucial nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: eles melhoram o desenvolvimento agrícola e rural, melhorar a segurança alimentar e pode ajudar a reduzir o nível de pobreza em sua comunidade. Em algumas partes do mundo, as mulheres são, de acordo com estimativas das Nações Unidas, 70% da força de trabalho agrícola, respondendo por 43% dos trabalhadores agrícolas em todo o mundo. As estimativas mostram que se as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos como os homens, elas poderiam aumentar a produção em 20 a 30%, levando para fora da fome de 100 a 150 milhões de pessoas. A desigualdade de gênero e acesso limitado ao crédito, saúde e educação, no entanto, representam uma série de problemas de mulheres rurais. A crise alimentar e econômica, bem como as mudanças climáticas agravaram ainda mais a situação. As Nações Unidas estimam que, por exemplo, 60% das vítimas da fome são meninas. No entanto, a Food and Agriculture Organization das Nações Unidas (FAO) estima que os ganhos de produtividade alcançados, assegurando a igualdade de acesso das mulheres aos fertilizantes, sementes e ferramentas poderia reduzir o número de pessoas com fome de 100 a 150 milhões. Isto significa inevitavelmente que as mulheres rurais contribuem grandemente para o desenvolvimento econômico da sociedade e que o empoderamento das mulheres rurais continuam aumentando a sua força social, política, econômica e espiritual, tanto individual como coletivamente, bem como a remoção de obstáculos que penalizam as mulheres de impedir que as mesmas sejam totalmente integradas aos diversos setores da sociedade. A igualdade de gênero não significa que homens e mulheres devem ser tratados de forma idêntica: o tratamento pode ser igual ou diferente, mas devem ser consideradas equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades. Considera-se que a busca de igualdade de gênero se dá através da implementação de dois objetivos complementares: a integração da igualdade de Sexo em projetos de desenvolvimento e empoderamento das mulheres.

REFERÊNCIAS

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é Gênero** / Silvia Camurça; Taciana Gouveia. - 4ed. - Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2004. 40p. - (Cadernos SOS CORPO; v.1).

[HTTP://AVSF](http://AVSF) **Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières**, Lyon - France, 2013. Acessado em 17 de junho de 2016. As 15:08 por Maria Ester Ferreira da Silva.

MULHERES RURAIS e Autonomia: Formação e Articulação para efetivar Políticas Públicas nos Territórios da Cidadania / Andréa Butto, Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

SANTOS, Milton, 1926-2001. O Brasil: **Território e Sociedade no Início do Século XXI**/Milton Santos. Maria Laura Silveira. 3ª ed Rio de Janeiro: Record,2001. P.247.

SILVA, Carmem; Portela, Ana Paula. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Parry Scott, Rosineide, organizadores; prefácio Andreia Butto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.331 p.